

ENSINO SUPERIOR EM TURISMO NO BRASIL : DA EXPANSÃO À DIVERSIFICAÇÃO

HIGHER EDUCATION ON TOURISM IN BRAZIL: FROM EXPANSION TO DIVERSIFICATION

Maria da Graça Gomes Ramos

PhD, Professora Associada da Faculdade de Administração e de Turismo da Universidade Federal de Pelotas
mggramos@gmail.com

Tania Elisa Morales Garcia

PhD, Professora Associada da Faculdade de Administração e de Turismo da Universidade Federal de Pelotas
tanisa@uol.com.br

Dalila Rosa Hallal

PhD, Professora Adjunta da Faculdade de Administração e de Turismo da Universidade Federal de Pelotas
dhallal@ufpel.tche.br

Dalila Müller

PhD, Professora Adjunta da Faculdade de Administração e de Turismo da Universidade Federal de Pelotas
dmuller@ufpel.tche.br

RESUMO

O ensino superior em turismo no Brasil surgiu em 1971, com a criação do primeiro curso na Faculdade de Turismo de Anhembi (SP). A partir do final da década de 1990, ocorre uma explosão desses cursos, inquietando estudiosos da área. A preocupação em conhecer onde, como e quando a educação superior em turismo cresceu no Brasil, e de contribuir para a compreensão desse processo resultaram no presente trabalho, que tem o objetivo de configurar a expansão do ensino superior nesta área. Para alcançar o proposto, o estudo faz uso de estatísticas oficiais obtidas junto ao e-MEC, INEP, e de informações obtidas em sites oficiais dos cursos. Os resultados da investigação apontam que os movimentos do ensino superior em turismo acompanham os movimentos da Educação superior brasileira, com amplo predomínio do setor privado, acontecendo tanto nos moldes tradicionais, como na criação de cursos tecnológicos e na modalidade de educação à distância. A expansão que ocorria há algum tempo, modifica-se com o fechamento de vários cursos, mostrando um excedente na oferta dos mesmos. Evidencia-se um distanciamento entre o número de cursos de graduação existente e a respectiva pós-graduação em nível *stricto sensu*, sinalizando para a necessidade urgente de investir nessa direção.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior de Turismo, Expansão, Diversificação.

ABSTRACT

Higher education in tourism in Brazil came upon in 1971, with the creation of the first course in the College of Tourism of Anhembi (SP). From the end of the 1990s an explosion of such courses occurs, disquieting scholars of that area. The concern to know where, how and when higher education in Tourism grew in Brazil, and its contribution to the understanding of this process, resulted in the

present paper, which aims at picturing the expansion of higher education in this area. In order to reach this purpose, this study uses official statistics obtained at e-MEC, INEP, and information obtained from official sites of such courses. The results of the investigation indicate that the motions towards the higher education in tourism follow the Brazilian higher Education motions with a wide support from the private sector, realized both under traditional ways and the creation of technological courses, and also through distant education modality. The expansion that occurred some time ago is modified by the closing down of several courses thus showing some excess in their own offer. There is a gap between the number of undergraduate courses and their respective graduate courses, *strict sensu* level, and this signal to the urgent need to invest in this direction.

KEYWORDS

Higher Education on Tourism, Expansion, Diversification.

1. INTRODUÇÃO

Uma das marcas do ensino superior no Brasil é a expansão, especialmente nos últimos anos, que se deu pela via do setor privado. Ocorreu, prioritariamente através de instituições organizadas academicamente como faculdades isoladas, voltadas para o ensino de graduação e sem a obrigatoriedade da atividade de pesquisa, evidenciando um amplo predomínio do setor privado tanto no que se refere às instituições como às matrículas e números de cursos.

De modo semelhante encontra-se o ensino superior em turismo cujo crescimento no número de cursos acompanha a tendência nacional.

Nesse sentido, observa-se que muitos estudos vêm se preocupando com a educação superior em turismo, tais como: Ansarah (2002), Teixeira (2001), Trigo (2000), Rejowski (1996), Matias (2002) e Dencker (2002).

Tomando como referência esse cenário e nossa inserção como docente junto ao curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal de Pelotas surge à inquietação a respeito de como ocorre a expansão dessa formação, pois tão importante quanto o surgimento desses cursos, estão a sua sobrevivência e consolidação, independentemente de sua natureza administrativa.

Acrescente-se a isso o fato de que indagações e reflexões desta natureza têm sido objeto de preocupação do Grupo Interinstitucional Universidade Pesquisa e Inovação do qual faz parte o (GEU-Ipesq/Pelotas), ligado a Rede GEU¹ que congrega pesquisadores de diversas Universidades gaúchas com o objetivo de configurar a educação superior como campo de produção de pesquisa e ensino.

Desse modo, o presente trabalho propõe-se a configurar o processo de expansão do ensino superior na área de turismo no Brasil, buscando estimular o debate sobre o assunto.

¹ A Rede GEU (Grupo de Estudos sobre Universidade) congrega o GEU-Ipesq (Universidade, Pesquisa e Inovação) da UFRGS (Porto Alegre – RS), e mais dois GEUs da mesma instituição: o GEU- Edu/Inovação e o GEU- Sociologia; o GEU-UPF (Passo Fundo- RS) e o GEU- Ipesq/UFPel (Pelotas – RS).

A sistematização e organização das informações sobre como e quando o ensino superior em Turismo cresceu nos últimos anos, poderão apontar para as tendências e desequilíbrios dessa formação e servir de subsídio para fundamentar políticas públicas frente aos desafios desse setor.

Para alcançar o objetivo proposto, o estudo faz uso basicamente de fontes: estatísticas oficiais sobre os cursos de turismo no Brasil, obtidos junto ao e-MEC/INEP (Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e informações obtidas em sites oficiais dos cursos de turismo.

Inicialmente, o estudo faz uma abordagem sobre a expansão do ensino superior no Brasil, seguida de uma aproximação com a área de turismo, sinalizando com algumas discussões a respeito da expansão rápida de cursos de graduação nessa área.

2. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

É um fato que a expansão da educação superior tem ocorrido tanto nos moldes tradicionais como na criação de novas modalidades de instituições e cursos, decorrentes do movimento de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 1996, que estimulou a diversidade institucional. A LDB/1996 desencadeou um processo de reformulação profunda no sistema de educação superior brasileiro, conduzindo a um crescimento expressivo do sistema, tanto para instituições, matrículas, como cursos.

No Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) registraram um notável crescimento nos últimos dez anos, passando de 973 instituições em 1998 para 2252 em 2008. Das 973 instituições registradas em 1998, 209 eram públicas, representando (22%) e 764 privadas (78%).

Em 2008 essa relação passa para 10,5% de instituições públicas e 89,5% privadas (INEP, 2009). Portanto a expansão do ensino superior brasileiro se deveu principalmente ao crescimento do setor privado.

A insegurança gerada pela instabilidade que caracteriza o mundo do trabalho traz para a classe média baixa e para alguns setores populares a preocupação em obter um diploma de educação superior. Essa demanda leva a iniciativa privada a vislumbrar na educação, uma excelente oportunidade de negócio. Como decorrência, observa-se no ensino superior brasileiro o trinômio: expansão-diversificação-privatização.

Na tabela 1 apresenta-se o crescimento do ensino superior no Brasil no período de 1998 – 2008. Em 1998 existiam 6950 cursos superiores, dos quais 3980 (57,3%) pertenciam a IES privadas e 2970 (42,7%) cursos às instituições públicas. O último censo da educação superior brasileira aponta que em 2008 existem 24.719 cursos superiores no Brasil, com 17.947 (72,6%) em IES privadas e 6772 (27,4%) em IES públicas. Esses dados mostram que numa década, mais do que o crescimento desproporcional do número de IES privadas para 236 públicas e cursos que aumentaram mais de 350%, na esfera pública com um pouco mais de duas vezes, e no âmbito privado mais de quatro vezes e meia, chama a atenção o processo de privatização das matrículas. Em 10 anos, as instituições públicas cresceram aproximadamente 60% contra aproximadamente 290% das privadas. Verifica-se que a maior parte das matrículas, cerca de 3,8 milhões (74,9%) no ano de 2008 pertencem às instituições privadas, as demais matrículas estão computadas nas IES públicas.

É preciso destacar, que ainda que os dados da tabela 1 não evidenciem nessa expansão da educação superior a educação superior tecnológica, a mesma vem ofertando diversos cursos e matriculando um número crescente de alunos, com muita força, a partir do ano 2000.

Também se pode observar na tabela 1, em 2008, que o número de IES diminuiu, o que pode estar relacionado em parte, as IES públicas com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que em muitos casos, ocorreu a partir da fusão de Centros Federais de Educação Tecnológica.

Tabela 1 – Número de instituições de educação superior, cursos e matrículas por categoria administrativa – Brasil – 1998 – 2008

Ano	Instituições			Cursos			Matrículas		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
1998	973	209	764	6.950	2.970	3.980	2.125.958	804.729	1.321.229
1999	1.097	192	905	8.878	3.494	5.384	2.369.945	832.022	1.537.923
2000	1.180	176	1.004	10.585	4.021	6.564	2.694.245	887.026	1.807.219
2001	1.391	183	1.208	12.155	4.401	7.754	3.030.754	939.225	2.091.529
2002	1.637	195	1.442	14.399	5.252	9.147	3.479.913	1.051.655	2.428.258
2003	1 859	207	1.652	16.453	5.662	10.791	3.887.771	1.137.119	2.750.652
2004	2.013	224	1.789	18.644	6.262	12.382	4.163.733	1.178.328	2.985.405
2005	2.165	231	1.934	20.407	6.191	14.216	4.453.156	1.192.189	3.260.967
2006	2.270	248	2.022	22.101	6.549	15.552	4.676.646	1.209.304	3.467.342
2007	2.281	249	2.032	23.488	6.596	16.892	4.880.381	1.240.968	3.639.413
2008	2.252	236	2.016	24.719	6.772	17.947	5.080.056	1.273.965	3.806.091

Fonte: MEC/ Inep. (2004); MEC/INEP/DEED (2009)

Parece que na perspectiva de intervir na realidade descrita e reconhecendo o papel estratégico que desempenham as universidades, em especial as do setor público para o desenvolvimento econômico e social, o governo Lula adotou uma série de medidas com o objetivo de retomar o crescimento do ensino superior público. Após décadas sem expandir o ensino superior no âmbito federal, o governo cria Quatorze novas universidades federais em diversos estados do Brasil, beneficiando importantes regiões metropolitanas. Essa iniciativa, aliada à multiplicação dos *campi* dos Institutos Federais de Ensino (IFE) e REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades), deverão provocar impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal. Porém, o efeito sobre a participação percentual do setor público no total de IES e de matrículas não será significativo diante do muito mais expressivo crescimento do setor privado, especialmente representado pelo sub-setor particular ou privado/mercantil.

A política educacional em vigor desencadeou condições legais, políticas e ideológicas para que se estabelecesse, no Brasil, essa expansão do ensino superior privado, acentuado, através da Lei n. 9.870,

de 23 de novembro de 1999, através da qual o legislativo brasileiro ratifica a possibilidade de as instituições educacionais operarem com fins lucrativos. O aparato legal era o que faltava para que a iniciativa privada percebesse, na educação, uma excelente oportunidade de negócio. Desse modo, Instituições com fins lucrativos, ágeis e competitivas, espalharam-se pelo Brasil.

Com relação à expansão do ensino superior brasileiro, Ristoff aponta que:

“Se a palavra de ordem da década passada foi *expandir*, a desta década precisa ser *democratizar*. E isto significa criar oportunidade para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado – as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. A democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais – ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o *campus* público.” (Ristoff, 2008: 45)

3. O ENSINO SUPERIOR DE TURISMO NO BRASIL

O ensino superior em Turismo no Brasil iniciou em 1971, com a criação do primeiro curso de Turismo na Faculdade de Turismo de Anhembi (SP). Em 1972, o estado cria um curso superior de Turismo na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) através de uma parceria entre a instituição e a Universidad Autonoma de Guadalajara. Também em 1972, no estado do Rio Grande do Sul surge o primeiro curso de Graduação em Turismo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS em Porto Alegre, criado pelo Parecer 35/71, do Conselho Federal de Educação e denominado Curso Superior de planejamento de Turismo integrando à Faculdade dos Meios de Comunicação Social, FAMECOS (atual Faculdade de Comunicação Social), com duração de três anos, no turno da noite.

Nos anos de 1980 continuaram a surgir outros cursos superiores de Turismo, como os do Instituto Newton Paiva, em 1980, em Belo Horizonte; da Faculdade de Turismo da Bahia, em 1984, em Salvador; e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, em 1985, em Foz do Iguaçu (Trigo, 1991). As oscilações econômicas que o país vivenciou a partir da década de 1980, atingiram diretamente a indústria do turismo e da hospitalidade, refletindo na expansão dos cursos de Turismo e Hotelaria. De acordo com a análise de Ansarah (2002), a expansão do ensino superior em Turismo ocorreu em quatro fases: a primeira, na década de 1970, é marcada pela criação do primeiro curso de turismo na Faculdade Anhembi Morumbi, hoje Universidade Anhembi Morumbi, com expansão moderada, totalizando dez cursos no final da década e com oferta direcionada às grandes capitais brasileiras como SP e RJ; a segunda fase, na década de 1980, marcada pela estagnação de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no País, o que ocasionou, inclusive o fechamento de vários cursos; a terceira fase, na década de 1990, caracteriza-se pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento do número de cursos nas capitais e com distribuição mais igualitárias nas demais regiões brasileiras, abrangendo e estendendo-se ao interior de vários estados; a quarta fase é a atualidade e que deverá estabelecer o equilíbrio “quantidade versus qualidade”, com aumento quantitativo de propostas diferenciadas de cursos e uma tendência de cursos de turismo com ênfases direcionadas para a flexibilização e a regionalização, como recomenda a LDB, 1996.

A retomada do crescimento do Turismo no Brasil acontece a partir da década de 1990, oriundo de uma política de Governo com investimentos no setor que impulsionou o desenvolvimento de cidades turísticas já conhecidas, ou com potencial, engajadas no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) dentro da Política Nacional de Turismo, no período de 1996-1999, que fez com que

a escassez de recursos humanos qualificados fosse transformada em oferta de cursos para a qualificação profissional em todos os níveis (Cavalcanti; Hora, 2002).

Em 1994 pesquisas apontam que existiam 41 cursos de Turismo no Brasil, já no final de 1997, havia 60 cursos superiores de Turismo e 9 cursos superiores de Hotelaria no Brasil, em 2002, conforme dados do INEP (2002), a oferta pulou para 576 cursos. Esse crescimento continuou a se fazer presente alcançando o patamar de 697 cursos de Turismo em 2005, conforme informações obtidas junto ao INEP (2005). Portanto, do ano de 2002 para 2005 foram criados 121 novos cursos de turismo no Brasil. No entanto, dados do e-MEC mostram um total de 553 cursos de turismo no Brasil evidenciando uma redução nos últimos cinco anos (E-MEC, 2010)².

As taxas de crescimento dos cursos de Turismo no período de 1994 a 2000 foram, segundo Rejowski (2001) as seguintes: 12,5% em 1996, em relação a 1994; 66% em 1998, em relação a 1996; e 259% em 2000, em relação a 1998, onde, nesse último período, houve crescimento mais significativo. Observa-se assim, uma valorização do Turismo no âmbito acadêmico, ocasionando uma explosão de cursos superiores de turismo, a maioria em instituições privadas.

Desse modo, as instituições de ensino superior, principalmente as privadas, cientes de que era um curso barato de se constituir em termos de proposta e contando com as facilidades da legislação, abriram vários cursos de Turismo no Brasil.

No entanto, esse movimento de expansão que vinha ocorrendo altera-se, mostrando uma redução na oferta de cursos superiores nessa área, como já referido anteriormente. Verifica-se o fechamento de vários cursos de Turismo no país, evidenciando um excedente na oferta dos mesmos. Atualmente, os cursos que estão sendo criados são, na maioria, Tecnológicos, e, muitos, na modalidade de educação à distância.

A seguir, apresenta-se na tabela 2 a distribuição do ensino superior de Turismo por estado no Brasil no ano de 2011, conforme dados do e-MEC (2011). A tabela aponta uma redução da oferta de cursos presenciais nessa área, sinalizando quem sabe, para a busca de equilíbrio entre quantidade e qualidade.

Tabela 2 – Número de Cursos Superiores de Turismo presenciais, por estado brasileiro – 2011

Estado Brasileiro	Número de Cursos Superiores de Turismo
Minas Gerais (MG)	42
Rio de Janeiro (RJ)	19
São Paulo (SP)	93
Paraná (PR)	38
Santa Catarina (SC)	21

em crescente número, já existe uma necessidade de uma constante avaliação destas IES de forma como tem ocorrido.

Mato Grosso do Sul (MS)	15
Mato Grosso (MT)	13
Goiás (GO)	09
Bahia (BA)	34
Tocantins (TO)	02
Rondônia (RO)	04
Amazonas (AM)	06
Pará (PA)	09
Amapá (AP)	04
Maranhão (MA)	09
Piauí (PI)	07
Ceará (CE)	14
Pernambuco (PB)	05
Rio Grande do Norte (RN)	10
Pernambuco (PE)	21
Alagoas (AL)	10
Sergipe (SE)	05
Espírito Santo (ES)	09
Distrito Federal (DF)	12
Total	431

Fonte: e- MEC (2011) Acesso em 15 de março de 2011

A partir dos dados da tabela 2, pode-se observar que, em relação aos estados brasileiros, São Paulo domina totalmente a oferta de ensino superior presencial na área de turismo, oferecendo 93 cursos superiores. Nos totais apresentados estão incluídos cursos tecnológicos e bacharelados. O segundo estado em número de cursos é Minas Gerais com um total de 42 cursos, com menos da metade da oferta do estado de São Paulo. A seguir, aparece o estado do Paraná oferecendo 38 cursos superiores na área de Turismo. O estado de Tocantins é onde se encontra a menor oferta de cursos superiores de turismo no Brasil, apenas dois cursos. Ao se agrupar esses dados por região, verifica-se que a maior concentração de cursos superiores na área de turismo encontra-se na região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo) totalizando 163 cursos superiores de turismo, abrangendo 37,8%, aproximadamente 40% da oferta do país na área em questão.

Cabe, entretanto destacar, que embora o turismo como profissão em nível superior já se faça presente na sociedade brasileira há 40 anos, em relação a outras áreas de conhecimento apresenta carência no ensino de pós-graduação *stricto sensu*. Em nível de doutorado, dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES de 2011 informam a existência de apenas um doutorado em Administração e Turismo na Universidade do Vale do Itajaí/SC (UNIVALI – SC), e cinco cursos de Pós-graduação em nível de mestrado. São eles: Mestrado acadêmico em turismo na

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estado do Rio Grande do Norte, Mestrado Acadêmico em Turismo na Universidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria na Universidade do Vale do Itajaí, estado de Santa Catarina, Mestrado Acadêmico em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi, estado de São Paulo e Mestrado Profissional em Turismo na Universidade de Brasília, Distrito Federal. Desses cursos, apenas dois, pertencem a instituições públicas, o Mestrado Profissional em Turismo da Universidade Nacional de Brasília – UNB e o Mestrado Acadêmico de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Até o ano de 2010, a CAPES registrava a existência de mais um curso de mestrado em universidade pública, o Mestrado acadêmico em Cultura & Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz/BA, que atualmente aparece como descredenciada nos dados da CAPES.

Desse modo, percebe-se um distanciamento entre o crescimento do ensino superior de Turismo no Brasil e a respectiva pós-graduação em nível *stricto sensu*. Tal fato, talvez esteja relacionado com a questão da expansão do ensino de graduação nessa área ocorrer por conta das instituições privadas, quando estudos apontam que a grande responsável pelo desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação no Brasil são as instituições públicas.

Assim sendo, constata-se que o turismo adentra o meio acadêmico, a partir do ensino privado, e aos poucos vai se configurando uma nova área de conhecimento. Por se ter desenvolvido basicamente em instituições privadas, observa-se carência de pesquisas científicas e reduzido número de pesquisadores, aliados a uma falta de estímulos ao desenvolvimento do conhecimento teórico do fenômeno do turismo neste País.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da educação superior brasileira, majoritariamente aconteceu através do setor privado, apresentando-se o mesmo como a principal oportunidade de acesso a esse nível de ensino. Isto mostra uma grave contradição no processo de democratização do acesso à educação superior brasileira instalado nos últimos anos, não resolvendo a distribuição desigual dos bens educacionais, a que estão submetidos os setores populares. O ensino superior de Turismo também evidencia essa configuração e movimentos semelhantes.

Esse panorama constitui preocupação a todos estudiosos das questões da educação superior, merecendo reflexões profundas por parte daqueles que têm compromisso com o processo de democratização dessa esfera de ensino e com os rumos da sociedade brasileira.

Os dados levantados pelo estudo possibilitam perceber que o crescimento do ensino superior de Turismo no Brasil ocorreu prioritariamente através de instituições voltadas para o ensino de graduação, sem a obrigatoriedade da atividade de pesquisa, evidenciando um amplo predomínio do setor privado tanto no que se refere às instituições como ao número de cursos, acontecendo tanto nos moldes tradicionais como na criação de novas modalidades de cursos.

Assim, no período em que ocorreu crescimento da atividade turística no Brasil, aumentando o fluxo turístico e uma diversificação dos empreendimentos e serviços turísticos, tornando necessário capacitar recursos humanos para dar conta desta demanda verificou-se uma explosão de cursos superiores em Turismo, provocando um efeito socialmente perverso na formação acadêmica nesta área, através do ensino pago.

No entanto, o movimento de expansão no Brasil, que ocorria há algum tempo, modifica-se nos últimos anos, presenciando-se o fechamento de vários cursos de Turismo, ou a redução de suas turmas, mostrando um excedente na oferta dos mesmos.

É possível que esta redução tenha ligação com o que coloca Rejowski (2001) de buscar estabelecer um equilíbrio entre a quantidade e a qualidade, no sentido de oferecer propostas diferenciadas que ultrapassem os requisitos mínimos propostos pelas diretrizes curriculares.

A configuração do ensino superior na área de turismo no Brasil descrita através deste estudo evidencia claramente a necessidade urgente de investir na Pós-graduação em nível *stricto sensu*, pois é neste nível de ensino que se encontra as condições básicas para o acesso ao conhecimento sistematizado que tem na pesquisa sua gênese, e para formar pesquisadores que dominem conhecimentos teóricos científicos e técnicos da área. A Pós-graduação é o caminho para alcançar a associação entre ensino e pesquisa. É espaço de construção e de acesso ao conhecimento avançado, instrumento para a produção de novos conhecimentos e de atualização permanente.

Investir na pós-graduação *stricto sensu* vai levar o docente a pensar sobre o efeito prático do conhecimento produzido na academia exercendo uma constante e madura vigilância sobre o próprio discurso e colocando-se em permanente auto-reflexão.

Para finalizar pode-se dizer que no Brasil, o ensino superior de turismo é oferecido majoritariamente, por instituições privadas que estão distribuídas pelo país, formando uma rede de caráter diversificado, que atualmente apostam na criação de cursos, na maioria Tecnológicos e, muitos, na modalidade de educação à distância.

Espera-se que as contribuições deste estudo possam ser apropriadas por pesquisadores e estudiosos da área, alavancando futuras pesquisas e gerando novos enfoques, inferências e significados na compreensão dos movimentos da educação superior em Turismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANSARAH, M. G. dos R. (2002), *Formação e Capacitação Profissional em Turismo e Hotelaria*, Editora Aleph, São Paulo.
- CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), <http://capes.gov.br>, acesso em 10.11.2010.
- CAVALCANTI, K. B., E HORA, A. S. E. (2002), “Política de Turismo no Brasil”, *Revista Turismo em Análise*, ECA/USP, São Paulo, vol 13 (2), 54-73.
- DENCKER, A. (2002), *Pesquisa e Interdisciplinaridade no Ensino Superior: uma experiência no curso de turismo*, Editora Aleph, São Paulo.
- EMEC/MEC., <http://emec.mec.gov.br>, acesso em 17.03.2010.
- EMEC/MEC., <http://emec.mec.gov.br>, acesso em 15.03.2011.
- FRANCO, M. E. D. P., MOROSINI, M. (2006), “Da Universidade Técnica à Universidade Inovadora”, in Morosini, M., (org.) *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*, INEP, Brasília.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), <http://.inep.gov.br>, acesso em 02.06.2005.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA. (2009), *Censo da Educação Superior 2008- Resumo Técnico*, Inep/MEC, Brasília.

MATIAS, M. (2002), *Turismo: formação e profissionalização (30 anos de história)*, Editora Manole, Barueri.

REJOWSKI, M. (1996), *Turismo e Pesquisa Científica: pensamento internacional X situação brasileira*, Papirus, Campinas, SP.

REJOWSKI, M. (2001), “Ensino em Turismo no Brasil: reflexões sobre a realidade do ensino de graduação de 1970 a 2000”, in Barretto, M., Rekowski, M., *Turismo: interfaces e incertezas*, Educs, Caxias do Sul, RS.

RISTOFF, D. (2008), “Educação Superior no Brasil-10 anos pós LDB: da expansão à democratização”, in Bittar, M., Oliveira, J. F. de; Morosini, M., (orgs.) *Educação Superior no Brasil-10 anos pós LDB*, INEP/MEC, Brasília, (Coleção INEP 70 anos v.2), 39-50.

ROSSATO, R., MOROSINI, M. (2006), “Educação Superior no Rio Grande do Sul: 1991-2004”, in Ristoff, D., Giolo, J., (orgs) *A Educação Superior no Brasil 1991-2004*, Inep/MEC, Brasília.

ROSSATO, R., MADALENA, B. C. (1995), *Universidades Gaúchas: Impasses e Alternativas*, Editora UFSM, Santa Maria.

SOLHA, K. T. (2002), “Evolução do Turismo no Brasil”, in Rejowski, M., (org.) *Turismo no percurso do tempo*, Editora Aleph, São Paulo, 117-153.

TEIXEIRA, R. M., FLETCHER, J., WESTLAKE, J. (2000), “Ensino Superior em Turismo: Experiência do Reino Unido”, *Turismo em Análise*, Escola de Comunicação e Artes – ECA, USP, São Paulo, v. 11, (2), novembro, 14 – 37.

TRIGO, L. G. G. (1991), *Cronologia do Turismo no Brasil*, CTI, TERRA, São Paulo.

TRIGO, L. G. G. (2000), “A importância da Educação para o Turismo”, in Lage, B. H. G., Milone, P. C., (Orgs.) *Turismo: teoria e prática*, Editora Atlas, São Paulo.